

ANOS DE CHUMBO

Base e oposição criticam revisão da Lei da Anistia

Projeto causou crise na área militar e fez Lula prometer que texto será alterado

BRASÍLIA

Parlamentares da base aliada e de oposição se posicionaram contra a revogação da Lei de Anistia, prevista na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PN-DH-3) que cria a Comissão da Verdade para investigar torturas e desaparecidos no regime militar. A proposta da Secretaria Nacional de Direitos Humanos provocou uma crise na área militar na véspera do Natal, como relatou ontem o **Estado**. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva contornou a crise com a promessa de que o texto do programa será alterado.

“A anistia é para os dois lados e não tem que ser revista”, defendeu ontem o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presi-

dente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. “Tenho um pé atrás com essa revisão da Lei de Anistia. É impensável rever ou extinguir a lei”, corroborou o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional. Ele defende que é preciso esclarecer o papel da Casa Civil no episódio. Jungmann argumenta que cabe à Casa Civil, comandada pela ex-guerrilheira Dilma Rousseff, arbitrar sobre as divergências em torno do programa. “É uma situação extremamente delicada”, observou.

Uma das vítimas do regime militar, o ex-guerrilheiro e deputado José Genoíno (PT-SP) evita entrar na polêmica. Cauteloso, ele argumentou que cabe à Justiça, e não ao Congresso, de-



DIDA SAMPAIO/AE – 14/5/2009

DISCUSSÃO – ‘Uma anistia se aplica e ela não é revogável’, diz Teixeira

bater e discutir a lei. “O direito à memória e à verdade não significa o julgamento de ninguém”, disse o parlamentar.

Os benefícios e a amplitude da Lei de Anistia estão hoje sob análise do Supremo Tribunal Federal, em decorrência de um processo legal aberto na Justiça Federal de São Paulo contra os ex-coronéis e torturadores Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel.

Parlamentar na época da elaboração e discussão da Lei de Anistia, em 1979, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) observou que a lei representou o final de um momento doloroso, de perseguição com vítimas fatais. “Mexer agora na lei me parece tecnicamente impossível. Uma anistia se aplica e ela não é revogável”, disse ele.

Para Genoíno, as polêmicas causadas pela terceira versão do programa serão dirimidas com o envio ao Congresso do projeto de lei que cria a Comissão da Verdade para apurar torturas e desaparecimentos durante o regime militar.

O deputado defendeu ainda a permanência do ministro da Defesa, Nelson Jobim, que chegou a procurar o presidente Lula para entregar o cargo. Os comandantes das Forças Armadas –

Exército, Aeronáutica e Marinha – decidiram que também deixariam os cargos, se a saída de Jobim fosse consumada. “Houve apenas um tensionamento natural e não uma crise na área militar”, minimizou.

IRRITAÇÃO

Para as Forças Armadas, a cerimônia de premiação de vítimas da ditadura, no último dia 21, foi “uma armação” para constranger os militares. Pré-candidata ao Planalto, Dilma foi a figura central do evento, não só por ter sido torturada, mas por ter chorado e escolhido a ocasião para exibir o novo visual de cabelos curtíssimos, depois da quimioterapia para tratamento de um câncer linfático.

Os militares também ficaram irritados com a quebra do “acordo tácito” para que os textos do PNDH-3 citassem as Forças Armadas e os movimentos civis da esquerda armada de oposição ao regime militar como alvos de possíveis processos “para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política no período 1964-1985”. Jobim e os militares foram surpreendidos com um texto sem referências aos grupos da esquerda armada. ●

Tarso descarta ‘controvérsia insanável’

Ele diz que Lula dará palavra final na divergência entre Jobim e Vannuchi

Rui Nogueira
Sérgio Dutti

BRASÍLIA

Ao final de uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, no Palácio da Alvorada, o ministro da Justiça, Tarso Genro, reconheceu que há divergências entre os colegas da Defesa, Nelson Jobim, e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, mas apontou que os problemas não são insanáveis. “Não há nenhum tipo de pedido de demissão e nenhuma controvérsia insanável entre a Defesa e os Direitos Humanos. Isso (*o presidente*) vai resolver com a sua capacidade de mediação na volta das férias”, disse Tarso. “Agora o presidente vai dar a palavra final”, completou. Lula entra hoje em férias e volta a Brasília no dia 10 de janeiro.

O pedido de demissão não existe hoje, mas existiu no último dia 22, como revelou ontem o **Estado**. Na data, Jobim e Lula se encontraram na Base Aérea de Brasília. O ministro foi à audiência com o pedido de demissão pronto porque a versão final do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PN-DH-3), redigida na secretaria de Vannuchi, afrontava um acordo entre os ministros e chegou ao ponto de propor a revogação da Lei de Anistia.

‘VÍRGULAS’

Duas fontes, uma da Defesa e outra do Planalto, reafirmaram ontem ao **Estado** que Jobim decidiu pedir demissão por entender que a versão final do programa tinha a aprovação de Lula. Diante do texto lançado no dia 21, em solenidade no Palácio do Itamaraty, o ministro da Defesa deduziu que o acordo prévio estava politicamente enterrado e que o presidente concordara com o fim da anistia e com a redação em que o governo se propõe a investigar violações dos direitos humanos e atentados só dos militares, durante a ditadura (1964-1985), deixando de lado os atentados da esquerda armada no mesmo período.

Proposta sobre direitos humanos provocou pedido de demissão

Jobim foi convencido por Lula a desistir da demissão com o argumento de que, por ter votado da Conferência do Clima (COP-15) em Copenhague no fim de semana anterior ao lançamento do PNDH-3, não havia


OAB contesta a pressão feita por militares

...O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, criticou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e os comandantes militares por serem contra a criação da Comissão da Verdade, dentro do Plano Nacional de Direitos Humanos, para investigar tortura e arquivos do período da ditadura militar (1964-1985). “Um País que se acovarda diante de sua história não pode ser levado a sério. O direito à verdade e à memória garantido pela Constituição não pode ser revogado por pressões ocultas ou daqueles que estão comprometidos com o passado que não se quer ver revelado”, afirmou Britto, em nota.

A OAB defende no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal Militar (STM) ações reivindicando a abertura dos arquivos da ditadura e a punição aos torturadores. “O Brasil não pode se acovardar e querer esconder a verdade. Anistia não é amnésia. É preciso conhecer a história para corrigir erros e ressaltar acertos”, disse. “O povo que não conhece seu passado, certamente pode voltar a viver tempos tenebrosos e de triste memória como tempos idos e não muito distantes.” ●

discutido com Vannuchi a versão final do documento. Além disso, no entendimento do presidente, a negociação em torno do texto havia sido concluída. Para provar a argumentação, Lula lembrou a Jobim que no discurso da solenidade chegou a citar a negociação.

No dia 21, o presidente mencionou mesmo a negociação e falou até da “importância das vírgulas”. “Não é fácil fazer um documento como este. Os interesses pelas palavras são enormes, a importância das vírgulas ganha a dimensão de uma exuberância extraordinária. E esse teu jeito de ser, esse teu jeito equilibrado de fazer as coisas permitiu que nós chegássemos a este documento que agora vamos digeri-lo, vamos tentar trabalhar outra vez, transformar em projeto de lei aquilo que for projeto de lei, mandar para o Congresso Nacional debater, e assim nós vamos construindo a nossa democracia.” ●



MOTORISTA LEGAL É MOTORISTA CONSCIENTE.



QUANDO FOR DIRIGIR, NÃO BEBA.
QUANDO BEBER, NÃO DIRIJA.

No trânsito é preciso ter sempre em mente o perigo que você pode causar aos outros e a si mesmo. Sob o efeito do álcool um acidente pode ser inevitável, mesmo se o consumo for em pouca quantidade. Dirija com consciência.



www.eusoulegalnotransito.com.br